



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Município de Palmares do Sul**

DECRETO N.º 4.316, DE 22 DE JANEIRO DE 2010.

Regulamenta a Operação do Serviço Público de Transporte Coletivo de Passageiros de Palmares do Sul e determina outras providências

CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1.º Compete a Secretaria de Obras, Viação e Serviços Urbanos, por meio do Departamento de Trânsito e Transporte Coletivo, o planejamento, a gestão, o controle e fiscalização do serviço de transporte e circulação, a ser executado nos termos da Lei Municipal n.º 1.653, de 16 de dezembro de 2009.

Parágrafo único. Para efeito deste regulamento e da legislação vigente, bem como dos atos normativos e executivos à operação de Serviço Público de Transporte Coletivo de Passageiros, entende-se por:

I - CAPACIDADE DO VEÍCULO: Oferta de lugares disponíveis no veículo do modo de transporte;

II - CATEGORIA: Tipo de serviço que forma o sistema;

III - PLANILHA TARIFÁRIA: Instrumento de cálculo para a apuração do valor tarifário para o sistema de transporte coletivo de passageiros.

IV - DEMANDA TRANSPORTADA: Número de passageiros reais transportados;

VI - FREQUENCIA: Número de viagens, em cada sentido, por unidade de tempo;

VI - FROTA OPERADORA: Número de veículos necessários à operação do serviço incluindo-se a reserva técnica;

VII - FROTA PROGRAMADA: Número de veículos necessários à operação do serviço;

VIII - HORÁRIO: Momento de partida de cada viagem;

IX - INTERVALO: Espaço de tempo entre veículos consecutivos de uma mesma linha;

X - ITINERARIO: Percurso compreendendo: ponto terminal principal, pontos de parada, ruas percorridas, terminais de integração e ponto terminal secundário:

XI - LINHA: Serviço entre pontos terminais e de parada, por itinerário e em horários definidos, operado por um ou mais de um modo de transporte;

XII - MODO DE TRANSPORTE: Sistema de produção de transporte coletivo de passageiros, caracterizado pelo tipo de equipamento utilizado, tais como ônibus, lotação, metrô,

trem de subúrbio e outros:

XIII - OPERADORA: Empresa transportadora à qual, em conformidade com a legislação vigente, foi transferida a operação do serviço sob qualquer modalidade.

XIV - ORDEM DE SERVIÇO DE OPERAÇÃO (O.S.O.): Documento contendo as determinações da Divisão Municipal de Trânsito do Município à operadora para a execução de serviços nele especificados, com todos os dados necessários a tanto;

XV - PASSAGEIROS EQUIVALENTES: Números de usuários que pagaram integralmente a tarifa de utilização efetiva, acrescido do número de usuários inversamente proporcional ao desconto obtido na tarifa de utilização efetiva;

XVI - PONTO TERMINAL PRINCIPAL: Local onde se inicia a viagem de uma determinada linha, definido na O.S.O.;

XVII - PONTO TERMINAL SECUNDARIO: Local onde encerra a viagem de uma determinada linha, definido na O. S. O.;

XVIII - PONTOS DE PARADA: Locais pré-estabelecidos para embarque ao longo do itinerário da linha;

XIX - REMUNERAÇÃO: A remuneração das empresas operadoras será o valor auferido com a coleta da tarifa.

XX - RESERVA TÉCNICA: Números de veículos necessários à manutenção da frota e que integra a frota operadora;

XXI - TARIFA DE UTILIZAÇÃO EFETIVA: Preço determinado pela Administração Municipal a ser pago pelo usuário para utilização do serviço;

XXII - TEMPO DE VIAGEM: Duração total da viagem, computando-se os tempos de percurso e de paradas nos terminais;

XXIII - TERMINAL DE INTEGRAÇÃO: Equipamento urbano destinado à integração física, operacional e tarifária, inter ou intra-modal, onde os usuários são transferidos para complementação da viagem;

XXIV - VEÍCULO: Equipamento destinado à realização do transporte de passageiros;

XXV - VIAGENS DOS VEÍCULOS: Deslocamento de ida e/ou volta entre os terminais principal e secundário.

CAPÍTULO II - DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

Art. 2.º O transporte coletivo urbano é serviço público essencial e deve ser prestado com pontualidade, segurança, assiduidade, eficiência e conforto compatíveis com a dignidade da pessoa humana do usuário.

Art. 3.º É assegurado o direito de utilizar o transporte coletivo a todos os cidadãos, mediante pagamento da respectiva tarifa de utilização efetiva, sendo vedada a cobrança de qualquer outro preço ou acréscimo.

Art. 4.º Os casos de gratuidade da passagem nos coletivos será cumprido de acordo com

a Lei Municipal n.º 1653, de 16 de dezembro de 2009 e Leis Federais pertinentes.

Art. 5.º Aos estudantes regularmente matriculados em estabelecimentos de ensino oficiais ou reconhecidos oficialmente de Palmares do Sul fica assegurado o direito ao pagamento da tarifa reduzida em 50% (cinquenta) por cento, cabendo a permissionária arcar com o custo do benefício.

§ 1.º O benefício previsto neste artigo será concedido somente através da aquisição antecipada de passes escolares vendidos pela operadora.

§ 2.º Fica vedado o uso de passes escolares nos períodos de férias e de recesso escolar; bem como, não poderá ser vendido ao beneficiário em quantidade superior às suas necessidades, devidamente comprovadas de locomoção diária para ou da escola, nos dias letivos de cada mês.

§ 3.º A venda de passes escolares será efetuada a estudantes previamente credenciados pela operadora ou por entidades por esta autorizadas para tanto, sempre sob a responsabilidade civil do credenciador e penal da pessoa ou pessoas responsáveis.

CAPITULO III - DO REGIME DA OPERAÇÃO

Art. 6.º Cabe exclusivamente ao Departamento de Trânsito e Transporte Coletivo a operação de serviço, que o executará diretamente ou através da contratação de terceiros para a execução de operações e atividades determinadas.

§ 1.º Para efeito deste regulamento, são denominadas operadoras, o Departamento de Trânsito e Transporte Coletivo, quando executar diretamente o serviço, e as empresas operadoras para execução.

§ 2.º A contratação deverá ser previamente autorizada pelo Prefeito Municipal, após parecer e encaminhamento do Departamento de Trânsito e Transporte Coletivo.

§ 3.º No processo da contratação será observada a legislação vigente sobre licitações públicas, nas suas exigências, dispensas e inexigibilidades, bem como respeitado o direito de preferência das prestadoras de serviço, na data da concorrência em igualdade de condições.

§ 4.º A contratação deverá observar igualmente as exigências dispostas na Lei Municipal n.º 1653, de 16 de dezembro de 2009.

Art. 7.º A contratação de terceiros, prevista no artigo anterior, impõe a vinculação dos meios materiais e humanos a serem empregados na operação do serviço público essencial que prestam, tais como: pessoal, veículos, garagens, oficinas e outros.

§ 1.º A vinculação dos veículos não inibe sua utilização em outros serviços de transportes, desde que previamente autorizado pelo Departamento de Trânsito e Transporte

Coletivo. Essa utilização somente será autorizada sem prejuízo do serviço público ao qual o bem ou pessoal estiver vinculado.

§ 2.º A vinculação de que cuida este artigo é condição expressa, como se escrita fosse, em todas as relações da operadora com terceiros que envolvam os bens vinculados, quer como objeto da outra operação, quer como garantia.

§ 3.º A operadora não poderá dispor sob quaisquer justificativa dos meios materiais utilizados e vinculados ao serviço sem prévia e escrita anuência do Departamento de Trânsito e Transporte Coletivo.

§ 4.º Excluem-se do disposto neste artigo o material de consumo, desde que sempre repostos nos níveis adequados à prestação do serviço, e a admissão e demissão do pessoal, obedecidas as formalidades legais, e desde que mantido o número de pessoas adequado à operação regular do serviço.

§ 5.º A operadora fornecerá ao Departamento de Trânsito e Transporte Coletivo uma relação dos meios de que se trata o “caput” no momento da contratação, para os fins da circulação também nele prevista.

Art. 8.º Não será admitida a ameaça de interrupção nem a solução de continuidade, bem como, a deficiência grave na prestação do serviço público essencial de transporte coletivo de passageiros, o qual deverá estar permanentemente à disposição do usuário.

§ 1.º Para assegurar a continuidade do serviço ou para sanar deficiência grave na respectiva prestação, quando operado e por terceiro contratado, na forma do Art. 7.º, o Departamento de Trânsito e Transporte Coletivo poderá intervir nessa operação, assumindo-o total ou parcialmente, através da assunção do controle dos meios materiais e humanos utilizados pelos contratados e vinculados ao serviço ou através de outros meios, a seu exclusivo critério.

§ 2.º A assunção será efetivada após prévia autorização do Prefeito Municipal, em processo administrativo próprio ouvido o Diretor Municipal de Trânsito.

§ 3.º Assumindo o serviço, o Departamento de Trânsito e Transporte Coletivo passará a controlar apenas os meios a ele vinculados, respondendo apenas pelas despesas inerentes à respectiva operação, cabendo-lhes integralmente as receitas da mesma, sem qualquer responsabilidade para com as despesas, encargos, ônus, compromissos ou obrigações em geral do prestador, para quem quer que sejam, como sócios, acionistas, empregados, fornecedores e terceiros em geral.

§ 4.º A assunção do serviço pelo Departamento de Trânsito e Transporte Coletivo não inibe de considerar rompido o vínculo do serviço, bem como não inibe esta de ampliar ao aplicar as penalidades cabíveis.

§ 5.º Para os efeitos deste artigo, será considerado deficiência grave na prestação do serviço:

- a) a redução dos veículos em operação, sem o conhecimento do Departamento de Trânsito e Transporte Coletivo, em 15% (quinze por cento) ou mais;
- b) a operadora apresentar elevado índice de acidentes na operação conforme estabelecido no presente regulamento;
- c) a operadora incorrer em infração que, nos regulamentos ou nas normas gerais da operação, seja considerada motivo para rescisão do contrato ou de outro vínculo jurídico que mantenha com a Prefeitura Municipal.

Art. 9.º São deveres da operadora, além de outros já previstos na lei, neste regulamento e no instrumento jurídico de transferência da operação do serviço, qualquer que seja ele:

I - Cumprir rigorosamente as Ordens de Serviço de Operação emitidas pelo Departamento de Trânsito e Transporte Coletivo;

II - dar condições de pleno funcionamento aos serviços sob sua responsabilidade;

III - executar o serviço em rigoroso cumprimento de horário, freqüência, frota, tarifa de utilização efetiva, itinerário, pontos de parada e terminais definidos pelo Departamento de Trânsito e Transporte Coletivo;

IV - submeter-se à fiscalização do Departamento de Trânsito e Transporte Coletivo, facilitando-lhe a ação e cumprindo as suas determinações no que não contrariar este regulamento;

V - apresentar, sempre que for exigido, os seus veículos para vistoria técnica, comprometendo-se a sanar, em prazo determinado pelo Departamento de Trânsito e Transporte Coletivo, as irregularidades que possam comprometer o conforto, a segurança e a regularidade do transporte de passageiros retirando do tráfego os veículos cujos defeitos comprometem a segurança da operação, os quais deverão ser substituídos por outros com as mesmas características, de forma que o atendimento dos serviços de nenhum modo possa ser prejudicado;

VI - manter as características fixadas pelo Departamento de Trânsito e Transporte Coletivo para o veículo, segundo a categoria do serviço em execução;

VII - preservar a inviolabilidade dos instrumentos de controle de passageiros e outros dispositivos de controle determinado pelo Departamento de Trânsito e Transporte Coletivo;

VIII - apresentar veículos para o início de operação em adequado estado de conservação e limpeza;

IX - comunicar o Departamento de Trânsito e Transporte Coletivo, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas contados do evento, a ocorrência de acidentes, informando as providências adotadas e a assistência que foi prestada aos usuários e prepostos;

X - preencher as guias, formulários e outros documentos e controles não documentais referentes a dados operacionais, administrativos, de manutenção e de segurança, em cumprimento aos prazos, modelos e normas fixadas pelo Departamento de Trânsito e Transporte

Coletivo;

XI - manter sempre atualizada sua escrituração, de sorte a emitir seus demonstrativos de que trata a legislação pertinente nos prazos fixados pelo Departamento de Trânsito e Transporte Coletivo, bem como permitir eventual fiscalização ou auditoria a mesma;

XII - somente contratar pessoal devidamente habilitado e com comprovada experiência para as funções de operação, manutenção e reparos dos veículos;

XIII - somente operar com veículos que tenham as condições de circulação tal como previsto nas normas vigentes;

XIV - manter a frota patrimonial com idade máxima de 20 (vinte) anos, observando-se o disposto na Lei Municipal n.º 1653, de 16 de dezembro de 2009.

XV - veicular mensagens determinadas pelo Departamento de Trânsito e Transporte Coletivo;

XVI - afixar o valor da tarifa de utilização efetiva em todos os veículos em operação, em local e em dimensão visíveis aos usuários.

CAPÍTULO IV - DA OPERAÇÃO DO SERVIÇO

Art. 10. A operação dos serviços será realizada mediante todos os regulamentos e ordens de serviços emitidas pelo Departamento de Trânsito e Transporte Coletivo, sujeitando-se a permissionária às penalidades impostas a cada infração cometida.

§ 1.º As linhas podem, igualmente, ser prolongadas, encurtadas, suprimidas ou criadas pelo Departamento de Trânsito e Transporte Coletivo, conforme as respectivas O.S.O.'s.

§ 2.º Ficam vedadas quaisquer alterações no cumprimento do estabelecido nas O. S. O.'s, sem prévia anuência do Departamento de Trânsito e Transporte Coletivo.

Art. 11. Para a operação do serviço, o veículo e toda a tripulação deverão ter sua documentação em ordem, pronta para ser exibida à fiscalização.

Parágrafo único. A documentação dos motoristas e cobradores deve ficar em local visível para usuários e fiscalização.

Art. 12. Fica proibida a interrupção das viagens, salvo em caso fortuito ou de força maior.

Parágrafo único. Ocorrida quaisquer das hipóteses deste artigo, a operadora fica obrigada a tomar imediatas providências para o seu prosseguimento, ou devolver o valor referente a tarifa de utilização efetiva paga, quando solicitado pelo usuário, além de comunicar o fato a DMT.

Art. 13. A operadora somente poderá cobrar dos usuários a tarifa de utilização efetiva, prevista neste Regulamento.

§ 1.º A operadora se obriga a aceitar como forma de pagamento de passagem, os passes

comuns, os passes escolares específicos, vales-transporte, bilhetes e outros passes emitidos ou aceitos pelo Departamento de Trânsito e Transporte Coletivo ou por ele delegado, desde que estejam dentro do prazo de validade fixado em normas específicas da mesma.

§ 2.º Para assegurar o conhecimento do público, os valores das tarifas de utilização efetiva de que trata este artigo serão afixados em lugar visível no veículo, conforme regulamentação própria.

Art. 14. A operadora será remunerada exclusivamente pela receita auferida na catraca.

Art. 15. A operadora deve arcar, por sua conta única e exclusiva, com todas as despesas necessárias à execução do serviço.

Art. 16. Os relatórios e outros documentos que devem ser preparados pela operadora terão por base todos os dados coletados concomitantemente com os instrumentos de controle do serviço.

CAPÍTULO V - DO PESSOAL DA OPERAÇÃO

Art. 17. O pessoal das operadoras cujas atividades funcionais impliquem contato direto com o público, deverá:

- I - Apresentar-se devidamente uniformizado e identificado, quando em serviço;
- II - portar documento de identificação;
- III - manter postura compatível com desempenho de seu cargo;
- IV - não portar, em serviço, arma de qualquer natureza;
- V - dispor de conhecimento sobre itinerário, tempo de percurso, distância e outros;
- VI - manter a ordem e limpeza e equipamentos de transportes;
- VII - não ingerir bebida alcoólica, quando em serviço ou imediatamente anterior a ele.
- VIII - respeitar os usuários, inclusive aqueles que possuem isenção de passagem.

Parágrafo único. A tripulação é responsável pela boa ordem do veículo em viagem, zelando para que os passageiros não sejam alvos de comportamento indecoroso ou atos incompatíveis com a boa conduta em público, local e demais condições em que o transporte está sendo realizado.

Art. 18. Sem prejuízo do cumprimento da legislação de trânsito e deste regulamento os motoristas são obrigados a:

- I - Dirigir o veículo com prudência, garantindo a segurança, a regularidade e o conforto dos passageiros;
- II - atender ao sinal de parada feitos pelos passageiros nos pontos de embarque e desembarque no itinerário;
- III - não fumar no interior do veículo;
- IV - diligenciar novo transporte para os passageiros no caso de interrupção de viagens;

V - não abandonar o veículo, quando parado para embarque e desembarque;

VI - Prestar à fiscalização do Departamento de Trânsito e Transporte Coletivo os esclarecimentos que lhe forem solicitados;

VII - Exibir à fiscalização do Departamento de Trânsito e Transporte Coletivo, sempre que solicitado, os respectivos documentos de habilitação de licenciamento do veículo e outros que lhe forem exigidos por lei, neste regulamento ou em outras normas emanadas do Departamento de Trânsito e Transporte Coletivo.

VIII - Preencher e entregar os documentos previstos na legislação neste regulamento e em outras normas emanadas do Departamento de Trânsito e Transporte Coletivo; e

IX - Receber os passes e vales ou cobrar a tarifa de utilização efetiva em dinheiro, providenciando o troco correspondente, na ausência do cobrador.

Art. 19. Os Cobradores deverão:

I - Receber os passes e vales ou cobrar a tarifa de utilização efetiva em dinheiro, providenciando o troco correspondente;

II - Preencher e entregar os documentos previstos na legislação, neste regulamento e em outras normas emanadas do Departamento de Trânsito e Transporte Coletivo;

III - Colaborar com o motorista em tudo quanto diga respeito à comodidade e segurança dos passageiros e regularidade da viagem;

IV - Não fumar no interior do veículo;

V - Providenciar para que os objetos esquecidos no interior dos veículos sejam entregues à operadora quando encerrar o seu turno de serviço;

VI - Esclarecer polidamente aos usuários sobre horários, itinerários, preços de passagens e demais assuntos correlatos;

VII - Não abandonar o veículo, quando parado para embarque e desembarque de passageiros;

VIII - Prestar à fiscalização os esclarecimentos que lhe forem solicitados;

IX - Exibir à fiscalização, sempre que lhe for solicitado, os documentos que lhe forem exigidos por lei, neste regulamento e em outras normas emanadas do Departamento de Trânsito e Transporte Coletivo.

Art. 20. Mensalmente as operadoras deverão entregar ao Departamento de Trânsito e Transporte Coletivo cópia da relação mensal de admissões e demissões entregues ao Ministério do Trabalho.

CAPÍTULO VI - DOS EQUIPAMENTOS DE OPERAÇÃO

Art. 21. Constituem equipamentos da operação de serviço a frota da operadora, a frota do Departamento de Trânsito e Transporte Coletivo, as respectivas garagens com seus equipamentos e os terminais.

Art. 22. A operadora deverá, para a guarda e manutenção da frota em operação, ter

garagem ou garagens exclusivas, para operação do serviço de transporte coletivo, localizadas no Município de Palmares do Sul.

Parágrafo único. A garagem deverá dispor de instalações e os equipamentos que forem necessários para a operação do serviço, manutenção e guarda dos veículos.

Art. 23. A frota operadora é composta pelos veículos vinculados à operação do serviço.

§ 1.º Somente poderão compor a frota operadora os veículos que tenham sido fabricados unicamente para utilização em transporte urbano de passageiros, satisfazendo as exigências da legislação de trânsito, da legislação vigente sobre transportes de passageiros, as regras deste regulamento e as demais normas e especificações emanadas do Departamento de Trânsito e Transporte Coletivo.

§ 2.º A frota operadora será composta pelo número de veículos suficientes para atender a demanda máxima de passageiros nos serviços operados, acrescida de 10% deles, a título de reserva técnica. O Departamento de Trânsito e Transporte Coletivo fixará em O.S.O. o número de veículos aqui previsto.

Art. 24. Somente poderão circular os veículos que contenham os equipamentos determinados em normas emanadas do Departamento de Trânsito e Transporte Coletivo.

Art. 25. É vedada a utilização, no serviço, de veículos não vinculados ao mesmo e nem vistoriados pelo Departamento de Trânsito e Transporte Coletivo.

Art. 26. Somente poderão ser utilizados veículos devidamente identificados como vinculados ao serviço público de transporte de passageiros através de documentação, pinturas, inscrição e outros caracteres determinados pelo Departamento de Trânsito e Transporte Coletivo.

CAPÍTULO VII - DA MANUTENÇÃO

Art. 27. Os serviços de manutenção serão efetuados em rigorosa obediência às instruções e recomendações do fabricante e as normas baixadas pelo Departamento de Trânsito e Transporte Coletivo.

Parágrafo único. O Departamento de Trânsito e Transporte Coletivo poderá desvincular os veículos contratados da operadora quando estes não apresentarem condições normais de operação e segurança, ficando esta na obrigação de substituí-los imediatamente.

Art. 28. A manutenção e o abastecimento dos veículos devem ser feitos em local apropriado da garagem da operadora, não admitida, sob qualquer pretexto, a presença de passageiros a bordo.

Art. 29. Os veículos somente poderão iniciar a operação do serviço após

comprovadamente terem condições normais de tráfego, sem acusar qualquer anormalidade no teste de funcionamento feito na garagem, bem como, após terem sido convenientemente limpos.

CAPÍTULO VIII - DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 30. Serão aplicadas à operadora, pelo Departamento de Trânsito e Transporte Coletivo, nos casos de infrações à legislação vigente; a este regulamento; ao contrato ou a outro instrumento jurídico de transferência da operação do serviço e às demais normas gerais, as penalidades constantes do presente.

Art. 31. As penalidade serão aplicadas de acordo com a natureza da infração, previstas no Anexo I ao presente e consistem nas seguintes:

I - Advertência;

II - multa;

III - afastamento do veículo da operação;

IV - afastamento de pessoal de operação ou de manutenção;

V - apreensão do veículo; e

VI - rescisão do contrato.

Art. 32. As penalidades previstas nos incisos I, II e III do Artigo anterior serão aplicadas pelo agente de fiscalização do Departamento de Trânsito e Transporte Coletivo. As demais penalidades pelo Prefeito Municipal.

Art. 33. Cometidas duas ou mais infrações, independentemente de sua natureza, aplicar-se-ão, concomitantemente, as penalidades correspondentes a cada uma delas.

Art. 34. A autuação não desobriga o infrator de corrigir a falta que lhe deu origem.

Art. 35. As multas serão fixadas em quantia correspondente a determinado número de UPM ou outro índice que vier a substituí-lo segundo consta o Anexo I deste Regulamento.

Art. 36. As definição das infrações, com as respectivas multas, constituem Anexo I deste regulamento.

Art. 37. A operadora será responsável pelos seus atos e dos seus prepostos perante o Departamento de Trânsito e Transporte Coletivo.

Art. 38. A operadora está sujeita as penalidades normativas e contratuais, sendo que as contratuais são aquelas que forem diretamente as OSO's e as normativas as que afetam as demais cláusulas deste regulamento conforme discriminado no Anexo I, parte integrante deste regulamento.

Art. 39. A penalidade de recolhimento e afastamento do veículo será aplicada, sem prejuízo da multa cabível, quando:

- I - Operar serviços não autorizados pelo Departamento de Trânsito e Transporte Coletivo;
- II - o veículo não apresentar comprovadamente as condições de segurança exigidas pela Departamento de Trânsito e Transporte Coletivo;
- III - o veículo estiver operando sem a devida licença do Departamento de Trânsito e Transporte Coletivo.

Parágrafo único. No caso do inciso II, o veículo será recolhido à garagem para sanar as irregularidades e não será considerado como frota em operação para efeito de apuração de custo.

Art. 40. A penalidade de advertência conterà determinações das providências necessárias para o saneamento da irregularidade que lhe deu origem.

Parágrafo único. A pena de advertência converter-se-á em multa caso não sejam atendidas, no devido prazo, as providências determinadas.

Art. 41. Independentemente e até cumulativamente com a aplicação das demais penalidades previstas neste regulamento, a rescisão do vínculo jurídico também será efetuada quando a operadora:

- I - Perder os requisitos de idoneidade e capacidade financeira, técnica ou administrativa;
- II - tiver decretada a sua falência;
- III - realizar “lock-out”, ainda que parcial;
- IV - entrar em processo de dissolução legal;
- V - cobrar tarifa superior ao preço vigente;
- VI - reiteradamente descumprir o disposto neste contrato, de tal sorte que ponha em risco a operação do serviço.
- VII - reduzir a quantidade da frota sem consentimento do Departamento de Trânsito e Transporte Coletivo, salvo motivo de força maior ou caso fortuito.

Art. 42. A rescisão motivada do vínculo jurídico acarreta à operadora a inidoneidade para contratar com a Administração Pública Municipal.

Parágrafo único. A rescisão do contrato não impede que o Departamento de Trânsito e Transporte Coletivo tome as providências previstas par os casos de interrupção ou deficiência grave na prestação de serviço.

Art. 43. A operadora responde civilmente perante terceiros na forma estabelecida no instrumento de transferência da operação do serviço.

Art. 44. A aplicação das penalidades de advertência ou multa serão feitas mediante processo iniciado por auto de infração, lavrado por agentes da fiscalização, inclusive com base na avaliação dos dados extraídos do sistema de controle do Departamento de Trânsito e Transporte Coletivo e conterà:

- I - Nome da empresa operadora;
- II - prefixo ou placa do veículo, quando for o caso;
- III - local, quando for passível de infração, data e hora;
- IV - descrição da infração cometida e dispositivo legal violado;
- V - valor referente a infração cometida;
- VI - assinatura do representante do Departamento de Trânsito e Transporte Coletivo.

Parágrafo único. A lavratura do auto de infração será levada a efeito, em quantidade de vias de igual teor, determináveis pelo Departamento de Trânsito e Transporte Coletivo. A Divisão deverá remeter o Auto de Infração à operadora no prazo máximo de 05 (cinco) dias.

Art. 45. A autuada poderá apresentar defesa por escrito sem efeito suspensivo, para o Diretor Municipal de Trânsito, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data em que tomar ciência do Auto de Infração.

§ 1.º Apresentada a defesa, o Diretor promoverá as diligências necessárias ao esclarecimento dos fatos, proferindo afinal o julgamento.

§ 2.º Julgado improcedente o Auto de Infração, arquivar-se-á o processo, sendo cancelado o Auto de Infração.

§ 3.º Julgado procedente o Auto de Infração, cabe recurso sem efeito suspensivo ao Prefeito Municipal, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da data em que for cientificado da decisão.

Art. 46. Para o caso de multas contratuais se julgado procedente o Auto de Infração e esgotados todos os prazos e recursos previstos neste capítulo, o Município descontará do pagamento devido à operadora pela remissão de passes e vales o valor correspondente ao pagamento das multas. O desconto se dará sempre na primeira quinzena do mês seguinte à entrega da notificação.

§ 1.º Julgado procedente o recurso, o valor recolhido será devolvido à operadora.

§ 2.º No caso das demais multas a operadora deverá efetuar o pagamento das mesmas diretamente a Prefeitura Municipal.

Art. 47. Sem prejuízo do disposto neste Artigo, a operadora fica sujeita as penalidades previstas na Legislação Municipal, vigente na ocasião da infração, sujeitando-se também ao respectivo processo.

Art. 48. Será considerada reincidente a operadora que for penalizada pela mesma infração cometida mais de uma vez em menos de 15 (quinze) dias.

Art. 49. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PALMARES DO SUL(RS) , em 22 de janeiro de 2010.

ERNESTO ORTIZ ROMACHO
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

JOÃO BATISTA BUENO FERREIRA
Secretário de Administração

DECRETO N.º 4.316, DE 22 DE JANEIRO DE 2010.
REGULAMENTO DO TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS
ANEXO I - PENALIDADES

Cód.	Descrição da infração	Penalidade	Valor	Reincidência	Prazo p/ correção
M-01	Deixar de adotar relatório ou documento instituído pela DMT	Multa	50 UPM	1= 100 UPM 2= 200 UPM	Imediato
M-02	Inobservar prazo de entrega de relatório ou documento à DMT	Multa	50 UPM	1= 100 UPM 2= 200 UPM	Imediato
M-03	Operar veículo sem condições de segurança devidamente comprovada	Multa	100 UPM	1= 200 UPM 2=400 UPM	Imediato
M-04	Alterar as características do veículo sem autorização da DMT	Multa	50 UPM	1= 100 UPM 2= 200 UPM	24 horas
M-05	Abastecer ou efetuar manutenção do veículo c/ passageiro a bordo	Multa	50 UPM	1= 100 UPM 2= 200 UPM	Imediato
M-06	Proceder baldeação de passageiro sem motivo justificado	Multa	25 UPM	1= 50 UPM 2= 100 UPM	Imediato
M-07	Permitir transporte de substâncias inflamáveis, radioativas ou explosivas	Multa	100 UPM	1= 200 UPM 2= 400 UPM	Imediato
M-08	Manter em serviço empregado com afastamento solicitado pela DMT	Multa	25 UPM	1= 50 UPM 2= 100 UPM	Imediato
M-09	Dificultar, retardar ou impedir ação da fiscalização da DMT	Multa	75 UPM	1= 150 UPM 2= 300 UPM	Imediato
M-10	Operar veículo sem equipamento obrigatório	Multa	50 UPM	1= 100 UPM 2= 200 UPM	24 horas
M-11	Estacionar veículo para guarda ou pernoite em local não autorizado pela DMT	Multa	50 UPM	1= 100 UPM 2= 200 UPM	24 horas
M-12	Operar veículo sem portar autorização da DMT	Multa	50 UPM	1= 100 UPM 2= 200 UPM	Imediato
M-13	Deixar de inscrever legenda, número ou prefixo, interna ou externamente no veículo, conforme determinação da DMT	Multa	25 UPM	1= 50 UPM 2= 100 UPM	24 horas
M-14	Abandonar em via pública veículo vinculado ao serviço	Multa	50 UPM	1= 100 UPM 2= 200 UPM	Imediato
M-15	Operar veículo sem pintura ou identificação do serviço	Multa	25 UPM	1= 50 UPM 2= 100 UPM	24 horas
L-01	Deixar de divulgar ou fixar adequadamente comunicação determinada pela DMT	Advertência		1= 50 UPM 2= 100 UPM	24 horas
L-02	Utilizar na limpeza do veículo substância prejudicial ao usuário	Advertência		1= 50 UPM 2= 100 UPM	Imediato
L-03	Operar veículo com janela com defeito, com vidro quebrado ou sem vidro	Advertência		1= 50 UPM 2= 100 UPM	24 horas
L-04	Operar veículo com banco solto ou quebrado	Advertência		1= 50 UPM 2= 100 UPM	24 horas
L-05	Operar veículo com defeito no sistema de iluminação	Advertência		1= 50 UPM 2= 100 UPM	24 horas

Cód.	Descrição da infração	Penalidade	Valor	Reincidência	Prazo p/ correção
L-06	Operar veículo com balaustres, corrimão ou coluna solta ou em falta	Advertência		1= 50 UPM 2= 100 UPM	24 horas
L-07	Operar veículo com degrau ou estribo em mau estado	Advertência		1= 50 UPM 2= 100 UPM	24 horas
L-08	Não fixar no veículo cartão de identificação da tripulação	Advertência		1= 50 UPM 2= 100 UPM	24 horas
L-09	A tripulação não portar documento de identificação	Advertência		1= 50 UPM 2= 100 UPM	12 horas
L-10	Operar veículo sem limpeza interna ou externa	Advertência		1= 50 UPM 2= 100 UPM	12 horas
L-11	Operar veículo com defeito nas portas ou saídas de emergência	Advertência		1= 50 UPM 2= 100 UPM	Imediato
L-12	Usar letreiro de destino incompatível com a linha	Advertência		1= 50 UPM 2= 100 UPM	Imediato
L-13	Estacionar veículos em número superior a capacidade do terminal	Advertência		1= 50 UPM 2= 100 UPM	12 horas
L-14	Trafegar com porta aberta	Advertência		1= 50 UPM 2= 100 UPM	Imediato
L-15	Permitir embarque / desembarque fora da parada ou terminal	Advertência		1= 50 UPM 2= 100 UPM	Imediato
L-16	Transitar com o veículo derramando combustível ou lubrificante na via	Advertência		1= 50 UPM 2= 100 UPM	Imediato
L-17	Tratar passageiros com falta de educação ou respeito	Advertência		1= 50 UPM 2= 100 UPM	Imediato
L-18	Tripulante fumar no interior do veículo	Advertência		1= 500 UPM 2= 100 UPM	Imediato
L-19	Permitir atividades não autorizadas no interior do veículo	Advertência		1= 50 UPM 2= 100 UPM	Imediato
C-01	Deixar de operar linha sem motivo justificado	Multa	75 UPM	1= 150 UPM 2= 300 UPM	Imediato
C-02	Transferir a prestação do serviço ou fazer-se substituir sem autorização	Multa	50 UPM	1= 100 UPM 2= 200 UPM	Imediato
C-03	Cobrar tarifa diferente da autorizada	Multa	100 UPM	1= 200 UPM 2= 400 UPM	Imediato
C-04	Deixar de completar a frota operadora	Multa	75 UPM	1= 150 UPM 2= 300 UPM	Imediato
C-05	Falsificar ou utilizar documento falso	Multa	100 UPM	1= 200 UPM 2= 400 UPM	Imediato
C-06	Alterar itinerário previsto	Multa	75 UPM	1= 150 UPM 2= 300 UPM	Imediato
C-07	Alterar ponto terminal ou intermediário	Multa	50 UPM	1= 100 UPM 2= 200 UPM	Imediato
C-08	Recusar o recebimento de passes, bilhetes ou vale transporte autorizados pela DMT	Multa	50 UPM	1= 100 UPM 2= 200 UPM	Imediato
C-09	Não reconhecer ou aceitar documento emitido pela DMT	Multa	50 UPM	1= 100 UPM 2= 200 UPM	Imediato
C-10	Operar veículo com ausência, defeito ou violação da catraca ou lacre	Multa	100 UPM	1= 200 UPM 2= 400 UPM	Imediato

Cód.	Descrição da infração	Penalidade	Valor	Reincidência	Prazo p/ correção
C-11	Interromper a viagem sem motivo justificado	Multa	75 UPM	1= 150 UPM 2= 300 UPM	Imediato
C-12	Deixar de operar linha determinada em OSO sem motivo justificado	Multa	50 UPM	1= 100 UPM 2= 200 UPM	24 horas
C-13	Transportar passageiro gratuitamente, exceto aqueles com gratuidade ou benefício legal	Multa	100 UPM	1= 200 UPM 2= 400 UPM	Imediato
C-14	Recusar-se a transportar passageiro com gratuidade ou benefício legal	Multa	100 UPM	1= 200 UPM 2= 400 UPM	Imediato
C-15	Recusar o embarque ou desembarque em ponto de parada	Multa	50 UPM	1= 100 UPM 2= 200 UPM	Imediato
C-16	Atrasar o cumprimento do horário imotivadamente	Multa	25 UPM	1= 50 UPM 2= 100 UPM	24 horas
G-01	Operar linha não autorizada pela DMT	Multa	100 UPM	1= 200 UPM 2= 400 UPM	Imediato
G-02	Operar com veículo não autorizado pela DMT	Multa	100 UPM	1= 200 UPM 2= 400 UPM	Imediato
G-03	Operar veículo lacrado pela fiscalização da DMT	Multa	100 UPM	1= 200 UPM 2= 400 UPM	Imediato
G-04	Permitir a condução de veículo por pessoa não habilitada	Multa	100 UPM	1= 200 UPM 2= 400 UPM	Imediato
G-05	Permitir a condução de veículo por pessoa não autorizada pela DMT	Multa	50 UPM	1= 100 UPM 2= 200 UPM	Imediato